

Sindicato, estrutura e fragmentação sindical no Maranhão

*Robson Santos Camara Silva**

INTRODUÇÃO

Este artigo deriva da tese de doutoramento intitulada “Sindicalismo docente da educação básica no Maranhão: da associação ao sindicato”. Embora não seja conclusivo, as considerações apresentam alguns elementos importantes sobre o processo de fragmentação sindical docente nesta Unidade da Federação.

Os aspectos que antecederam e culminaram com o aparecimento do associativismo e, posteriormente, com a organização do sindicalismo docente, são apresentados a partir da sua gênese das entidades no Maranhão.

A primeira parte deste trabalho constitui-se de uma apresentação sintética de todas as iniciativas associativas e sindicais que o magistério construiu no estado. São retratadas as entidades que já existiram e as que permanecem como sindicatos.

A segunda parte analisa a estrutura sindical atual e os fatores objetivos que produziram o quadro de fragmentação sindical dentro da mesma categoria de trabalhadores docentes. Os elementos sociais, históricos e políticos são o fio condutor para identificar o afastamento da trajetória do que se compreende por unicidade sindical.

As restrições impostas pelo regime militar à organização sindical aos servidores públicos, contribuiu organização tardia do magistério público maranhense. Esta situação fez com que durante um longo período só houvesse uma única entidade representativa do professorado, que, por limitação legal, não poderia incorporá-los a sua base.

* Doutorando em sociologia e membro do Grupo de Estudo e Pesquisa do Trabalho/GEPT-UnB. E-mail: robsoncamara@yahoo.com.br ou robsoncamara@unb.br.

O magistério público maranhense organizou suas entidades associativas municipais e de âmbito estadual dentro da limitação imposta pelo governo militar e seus representantes locais. Isto produziu um processo de fragmentação quando emerge as associações. Representam, em suma, o desenvolvimento do sindicalismo docente maranhense e sua forma de organização atual. O entendimento desse processo permite trazer subsídios para uma maior compreensão acerca da organização desse segmento em um estado do Brasil sobre o qual existem muito poucos estudos sobre o tema do sindicalismo docente.

UM RESUMO DA GÊNESE DO ASSOCIATIVISMO DOCENTE DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO MARANHÃO

O associativismo e sindicalismo docente maranhense traz em sua história elementos que são também observados em várias regiões do Brasil, uma vez que se trata de diferentes texturas históricas e sociais de um mesmo país.

As particularidades que distinguem as primeiras organizações associativas que surgiram no Maranhão, assim como em outras regiões do país e até do exterior, podem ser identificadas a partir do processo que culminou com o aparecimento e consolidação dessas entidades.

A caracterização da natureza dessas associações e sua identificação na estrutura sindical atual ajudam na compreensão do grau de desenvolvimento organizativo do professorado no Maranhão ao longo do tempo.

A representação do professorado em 1912, com a Associação Pedagógica Almir Nina; em 1929, com o Departamento Maranhense da Associação Brasileira de Educação; em 1931, com a Associação de Professores Normalista do Maranhão; em 1945, com a Associação de Professores Secundários e Primário de São Luís; em 1972, com Associação de Professores do Ensino Médio Municipal (Apeem) (Sindeducação) e em 1976, com a Associação de Professores do Estado do Maranhão (Apema) (Sinproessemma) são fontes fundamentais para compreender o desenvolvimento do cenário sindical nessa Unidade da Federação.

A reconstrução do percurso que as entidade de defesa de classe do magistério maranhense tomaram ao longo da história permite visualizar a estrutura sindical a partir da sua gênese e o contexto de sua fragmentação.

ASSOCIAÇÃO PEDAGÓGICA ALMIR NINA

Uma investigação desenvolvida por Lemos (2011) demonstra que organizações associativas no campo educacional surgem já na segunda metade do século XIX na Corte Imperial. Já os registros documentais conhecidos relativos ao Maranhão, apontam o século XX como marco inicial neste estado.

Em 1907, ao regressar da Europa, o educador maranhense Almir Nina¹ trouxe em sua bagagem cultural o contato com os métodos Froebel, Pestalozzi e outros renovadores do ensino da época, e teve a pretensão de aplicar estas orientações pedagógicas em sua terra natal. Durante o período que permaneceu naquele continente, tornou-se membro da *Associazione Pedagogica*² de Roma e da *Ligue pour l’Hygiène Scolaire* de Paris. O contato desse educador com o associativismo europeu, no início do século XX, permitiu que aportasse ao Maranhão as ideias sobre a necessidade de entidades de representação do professorado.

Em 12 de maio de 1912, foi fundada, em São Luís, a Associação Pedagógica Almir Nina. A entidade tinha como atribuição estatutária “procurar unir os membros do ensino primário pelos laços de uma inteira solidariedade nas coisas da escola, e aproximar desta a família maranhense”, “interessar-se pelos negócios dos membros da classe, ligados aos interesses do ensino” e criar “uma comissão junto aos poderes públicos, para advogar os interesses dos membros do magistério, ligados ao ensino”.³ Foi uma instituição de caráter gremial.

As contribuições que Almir Nina deu à educação no Maranhão foram reconhecidas por importantes camadas de professores e intelectuais maranhenses. A participação das irmãs Nina teve um importante papel ao agregar o nome à associação, uma vez que faziam parte da primeira direção da entidade.

Literatura e documentos sobre a associação são escassos. As informações existentes afirmam que durante a sétima sessão dos trabalhos do Congresso Pedagógico de 1920, houve uma proposição de reavivar a Associação Pedagógica Almir Nina. Para a organização do evento foi enviado um exemplar dos estatutos e dois números do boletim publicado pela entidade. Este encaminhamento foi aprovado e se elegeria a nova diretoria naquele congresso (*Trabalhos do Congresso Pedagógico, 1920*).

1 O pedagogo e médico Almir Parga Nina pertencia a uma família tradicional de educadores maranhenses. Sua mãe foi proprietária de uma renomada instituição educacional chamada Colégio Nossa Senhora Nazaré, cuja fundação remonta ao ano de 1864, e onde trabalhava numerosos familiares. Esta instituição educacional encerrou seu funcionamento em 1899.

2 Consta na página do *Archive storici della psicologia italiana*, em particular, na biografia de Luigi de Credaro, uma referência a intitulada *Associazione Pedagogica Professionale* por ele presidida em 1907. As características estatutárias da Associação Pedagógica do Maranhão teriam sido influenciadas pela congênere italiana sediada em Roma. Fonte: <<http://www.archiviapsychologica.org//index.php?id=1038>>.

3 Subscrevem o estatuto fundador da Associação Pedagógica figuras importantes da sociedade maranhense e com importante contribuição para a educação naquelas primeiras décadas do século XX. São elas: António Lobo, Maria da Gloria Parga Nina, Rosa Castro, Maria J. Fernandes, Lucília Fernandes, Ermelinda Maramaldo, Francisca Corrêa, Maria Julia Henriques, Maria do Carmo Teixeira, Maria da Conceição Machado, Hermíndia Soares, Odila Pinho, Páscoa Advíncula, Genésia Santos, Eponina Cruz, Beatriz Veiga, Elvira Assis, Maria Dolores Lopes da Cunha, João Almeida, Alfredo Assis, Cleómens Falcão, Jerônimo Viveiros, Fernando Cardôso, Dr. José Almeida Nunes e Joaquim Santos.

Os cargos da diretoria da Associação Pedagógica Almir Nina foram preenchidos por eleição naquele evento. A direção aprovada contou com os nomes da professora Zila Páis, Carmem Monteiro, dos professores João Vitor Ribeiro, Dr. Carlos Luís e Dr. Luís Viana.

A festa que celebrava a reativação da diretoria da associação pedagógica ocorreu no salão do renomado teatro São Luís e teve concorridíssima participação pública. Isto demonstra a importância social daquele ato.

A existência da Associação Pedagógica Almir Nina marca o aparecimento no Maranhão do associativismo docente. A constituição de uma entidade que objetivava a defesa da classe tomava raízes em uma sociedade conservadora.

O malogro da reativação pode ser compreendido pelo ângulo da disputa pelo poder de realizar as próximas edições do congresso pedagógico, cuja iniciativa havia sido liderada pelo professorado da Faculdade de Direito.

DEPARTAMENTO MARANHENSE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO

Nacionalmente, a Associação Brasileira de Educação (ABE) se firmou com órgão apolítico, destinado em congregar todos os interessados da causa da educação, independente de doutrinas filosóficas ou religiosas ou de posições políticas. Por outro lado, a ideia original que motivou o grupo fundador da ABE era criar o “partido do ensino” (Saviani, 2010).

Nos quadros de associados da ABE, havia consagrados professores interessados na educação nacional, como Fernando de Azevedo,⁴ Anísio Teixeira, Lourenço Filho, entre outros. O primeiro integrou, em 1922, a Sociedade de Educação de São Paulo, que foi transformada, posteriormente, na secção paulista da ABE (Saviani, 2010).

Segundo Gadotti (1997), a partir de 1927, as conferências regionais da ABE passaram a reunir-se em diversas cidades e com diferentes temas ligados à educação. Mas, somente a conferência de 1931 definiria mais claramente o rumo que a educação tomaria no país com o fim da República Velha e a ascensão de Vargas.

A articulação para criação do Departamento Maranhense da Associação Brasileira de Educação (ABE) teve apoio do presidente da província à época, Magalhães de Almeida. O envio do deputado Clodomir Cardoso para representar o estado no III Congresso de Educação de Belo Horizonte, em 1928, foi uma dessas providências.

As informações trazidas por Cardoso possibilitaram a mobilização de um grupo de professores. A convite do diretor de Instrução Pública, Clarindo Santiago, realizou-se a primeira reunião. Esta ocorreu nas dependências do Liceu maranhense e estavam presentes o próprio

4 Saviani (2010) destaca que a liderança de Fernando Azevedo na organização do campo educativo, mais que por meio das associações, ocorreu por sua ligação com figuras importantes da República.

Clodomir Cardoso, que presidiu aquele primeiro encontro. Estavam presentes figuras importantes do magistério, tais como Antonio Lopes,⁵ diretor de Instrução Pública Municipal; Jerônimo de Viveiros,⁶ Nascimento de Moraes, Raimundo Campos, Byron Freitas,⁷ Gilberto Costa, Cecílio Lopes, Gilberto Costa, Zoé Cerveira,⁸ a única mulher do grupo, Antonio Bona,⁹ fiscal de Ensino Federal e Arthur Paraíso, inspetor escolar da Instrução Primária, entre outros.

A imprensa maranhense avaliava a iniciativa positivamente. Chamava a atenção o fato de o professorado ser a classe que, até aquele momento, não tinha uma associação própria e ainda não havia se reunido para tal propósito. O jornal acentuava que o Departamento Maranhense da ABE teria um caráter associativo beneficente, educativo e protetor. Isto indica que aquela seção da ABE não foi criada com um objetivo que se desprendia do controle político local, mas que se articulava a novas concessões educacionais que acompanhavam a ABE.

A comissão criada para encaminhar a organização do Departamento da ABE convocou uma assembleia geral dos associados no dia 16 de abril de 1929, nas dependências do Liceu Maranhense, para proceder a eleição da primeira diretoria e do conselho diretor do Departamento da Associação Brasileira de Educação (*O Imparcial*, 16.04.1929).

Surge então no Maranhão outra entidade sem o vínculo nacional de filiação à ABE. A Revolução de 1930 produziu mudanças políticas importantes ao apagar do poder as oligarquias tradicionais, o que afetou a organização da associação no Maranhão. Membros importantes e apoiadores estavam ligados ao governo deposto naquele processo. A representação da ABE desaparece com o desalojamento do poder de seus patrocinadores políticos a partir do levante militar de 1930. As iniciativas daquela associação estavam calcadas nos apoios oficiais e a crise política que se seguiu provavelmente a enfraqueceu.

As interventorias que ocorreram no Maranhão desnudaram o espectro político da composição do professorado que circundava o Departamento Maranhense da ABE.¹⁰ Havia aqueles que apareceram posteriormente ligados ao integralismo, de um lado, de outro a Vanguarda Anti-Facistas (FAV), além de outras tendências que representavam as oligarquias políticas locais.

5 Antônio Lopes participou da organização do Congresso Pedagógico pela Faculdade de Direito, em 1920.

6 Jerônimo de Viveiros foi membro fundador da Associação Pedagógica Almir Nina.

7 Militante da Aliança Libertadora Nacional no Maranhão, em 1935.

8 Neta do barão de Grajaú, que comandou, no Maranhão, o Partido Liberal, presente desde o período imperial até a República Velha.

9 Secretário Geral da Aliança Libertadora Nacional coordenada pelos comunistas no Maranhão.

10 Os professores que apareceram no pós-1930 como representantes de tendências políticas que se expressaram antagônicas foram: Nascimento de Moraes (Ação Integralista Brasileira, AIB), Rosa Castro (União Republicana Maranhense (URM) e Liga Eleitoral Católica (LEC); Byron de Freitas e Pedro Bona, Aliança Libertadora Nacional (ALN).

Em 1935, os vários atores que participaram daquela iniciativa estavam em posições antagônicas. Professores ligados a grupo políticos tradicionais, integralistas e aliancistas estavam engajados em construir base para suas agremiações partidárias.

A breve existência do Departamento Maranhense da ABE deixa seu legado associativo para o magistério, a contribuir com a constituição posterior de outra entidade, cuja expressão de classe foi baseada no normalismo.

ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES NORMALISTAS DO MARANHÃO

O professorado normalista buscou uma alternativa organizativa em uma associação própria, sem ligações com a ABE. Esta possuía em seus estatutos uma definição clara voltada à proteção de classe daqueles que atuavam no ensino primário no estado. Em 29 de abril de 1931, estava fundada a “Associação de Professores Normalistas do Maranhão” (*Diário Oficial de São Luiz*, 20.05.1931).

O contexto no qual eclode esta organização associativa docente no Maranhão, focada no normalismo, tinha como centro difusor a Escola Normal, vinculada ao Liceu Maranhense¹¹ e à Escola Normal Primária, dirigida pela professora Rosa Castro, membro de duas entidades associativas no campo da docência.

O advento dessa associação evidencia a busca por cobrir um vácuo deixado pelo fim das atividades tanto da Associação Pedagógica Almir Nina como do Departamento Maranhense da ABE. Preencher este espaço organizativo do professorado no Maranhão demonstra que esta ideia nunca cessou de estar presente para o corpo do magistério.

O estatuto vedava a penetração explícita de forças partidárias na associação. À época, o governo Vargas já havia instituído o Decreto n. 19.770, de 19 de março de 1931, que proibia propagandas ideológicas ou lançamento de candidatura estranhas à “natureza e finalidade das associações”. A negação de qualquer traço político era a condição de *sine qua non* para obter o reconhecimento do Estado.

Diante disso, não era estranho que figuras políticas engajadas do professorado maranhense estivessem afastadas dessa entidade. O caráter colaboracionista explícito no estatuto de 1938 entre a entidade e o governo do interventor Paulo Ramos, parece ser uma das causas dessa ausência. Os períodos de intervenção produziram uma clivagem política na sociedade maranhense.

11 Foi também nas dependências do Liceu Maranhense que foi criado o Departamento Maranhense da ABE.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO ENSINO DA REDE PARTICULAR

O ano de 1946 foi muito rico para o movimento sindical brasileiro. A organização do Congresso dos Trabalhadores do Brasil e da Confederação Nacional do Trabalhadores do Brasil foram a mostra de um movimento sindical pulsante.

No Maranhão, os trabalhadores do magistério no ensino particular já estavam organizados em uma associação desde 10 de julho de 1945. O ato fundacional contou com a presença do delegado regional do Trabalho no Maranhão e o diretor geral de Instrução Pública. Era um procedimento que se conformava aos ditames do Estado Novo para o reconhecimento de entidades de representação de categoria de trabalhadores.

Na reunião da diretoria de 27 de outubro de 1945, o presidente traz à pauta pela primeira vez a questão da transformação da associação em sindicato. Informou que estava entre as exigências “a aquisição de carteira profissional, condição *sine qua non* para a nossa legalização”. Todos os diretores ficaram incumbidos de fazer gestões junto aos associados para o cumprimento dos trâmites e alcançar a transformação (*Ata* de 27.10.1945).

A Associação de Professores Secundários e Primário de São Luís mantinha uma estreita comunicação com o Sindicato de Professores do Rio de Janeiro. Receberam uma correspondência desta entidade em resposta a uma consulta da associação sobre o ato de regularização, na qual “sugere que fossem considerados definitivos os registros expedidos até a data da publicação do novo ato, servindo a prova didática para substituir o atestado de dois anos de magistério”. Elaboram ainda um ofício dirigido aos presidentes dos Sindicatos de Professores do Rio de Janeiro e São Paulo, aplaudindo a ideia da organização de um congresso de professores particulares a ser realizado ainda em 1945. Propuseram que fossem iniciados os trabalhos para federação dos sindicatos, a fim de ter um legítimo representante da classe junto ao Ministro do Trabalho (*Ata* de, 27.10.1945).

Ao contrário do Sindicato dos Professores Secundário, Primário e de Artes do Rio de Janeiro,¹² a Associação de Professores Secundário e Primário de São Luís não recebeu influência anarquista, ou trotskista, muito menos funcionou à revelia do sindicalismo oficial varguista. Sua direção limitava-se a seguir as convenções de comportamento esperadas pelo Estado no âmbito das entidades sindicais oficiais.

12 O Sindicato dos Professores do Ensino Secundário e Comercial do Distrito Federal teve sua carta sindical casada em 1937. Em 1943, retoma as atividades com a denominação de Sindicato dos Professores de Ensino Secundário, Primário e de Artes do Rio de Janeiro sob uma junta governativa nomeada pelo Ministério do Trabalho (Rêses, 2008).

Até o início dos anos 1970, o Sindicato de Professores do Ensino Particular era o único do gênero no Maranhão. Sua base de representação se estendia mesmo a professores de instituições de ensino superior mantidas pela Igreja Católica e que não estava federalizada.

Por ser o único sindicato na base territorial estadual até os anos 1980, o Sindicato dos Trabalhadores do Ensino da Rede Particular (Sinterp) recebia a contribuição sindical dos professores das universidades federal e estadual. Essa arrecadação cessou quando os docentes do ensino superior organizaram suas respectivas associações.

O Sinterp perde a condição de único sindicato do magistério da educação básica em 1989, quando a constituição de 1988 permitiu que os servidores públicos constituíssem seus próprios sindicatos.

SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DO ENSINO PÚBLICO DE SÃO LUÍS

Fundada em 15 de agosto de 1972, a Associação dos Professores do Ensino Médio Municipal (Apemm) transformou-se em Sindicato dos Profissionais do Magistério do Ensino Público de São Luís (Sindeducação) em 29 de agosto de 2003.

Esta associação emergiu no contexto em que várias entidades associativas incorporaram o caráter recreativo e assistencial de forma dissimulada, fora das amarras da legislação sindical do governo militar. Outras entidades enveredaram para o campo assistencial em detrimento de um viés político mais amplo de defesa dos interesses da categoria.

O Decreto n. 19.979, de 1931, era um dos dispositivos de controle das entidades que vedava o caráter de combatividade das organizações de trabalhadores. Vargas utilizou este dispositivo para conter a ação combativa do movimento sindical a seu governo.

A Apemm surge nos anos 1970, no âmbito dos marcos tolerados pelo regime militar instituído a partir do golpe de 1964. O indício do tipo de relação com o poder local se expressa a partir da doação da primeira sede da entidade pelo prefeito da capital (Lindalva Batista, 2012).

O controle do Estado brasileiro era exercido através da Delegacia Regional do Trabalho (DRT) com o instituto da carta sindical. A partir de 1988, a Associação dos Profissionais do Magistério do Ensino Público do Município de São Luís (APMEP) poderia se tornar sindicato, o que evidencia que não havia interesse das direções que passaram pelo sindicato em mudar sua natureza estatutária. Outro aspecto, era o fato do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Maranhão (Sinproesemma) representar a base dos professores municipais em todo o estado do Maranhão, ou seja, um único sindicato representava os municípios naquela base territorial. Isto só havia sido realizado pela APMEP, no início dos anos 2000.

A deflagração da greve de professores municipais, em 2002, compeliu a associação a buscar a primazia da representação sindical na base municipal e reduzir o protagonismo que gozava o Sinproesemma.

Em 2003, a associação municipal requer junto ao Ministério do Trabalho sua carta sindical. Tal fato gera uma disputa de representação com o sindicato estadual que também não abria mão do espaço de sua base territorial. Este litígio foi para a justiça do trabalho, que dá ganho de causa a APMEP.

A constituição do sindicato municipal não é, de modo algum, uma cisão de um sindicato e a criação de outra representação. Ela pode ser caracterizada com a afirmação da fragmentação que já havia ocorrido nos anos 1970.

SINPROEEMMA

A transição dos anos de 1960 para os anos 1970 foi marcada por mudanças estruturais na educação nacional. O regime militar, embalado no “milagre econômico” mantinha claramente a vinculação entre educação e o modelo autoritário de modernização das relações capitalistas de produção (Ferreira Jr., 1998).

As condições laborais dos trabalhadores do ensino foram atingidas pela dinâmica autoritária que vedou o debate aberto sobre as condições de subsistência do professorado. O espaço reivindicatório estava enfraquecido e as entidades de trabalhadores que poderiam esboçar alguma contestação estavam, muitas delas, atrelada ao aparato de dominação estatal.

A ideia de associação era latente entre o professorado estadual maranhense desde os anos 1970. Esta se fortaleceu após a participação de professores no Congresso da Confederação de Professores do Brasil (CPB) que ocorreu em Curitiba entre 31 de janeiro e 7 de fevereiro de 1976. Informa a professora Isméria M. da Silva que, naquela ocasião, um grupo de professores de outros estados incentivaram a delegação do Maranhão a organizar uma associação e, assim, representar o estado diante da Confederação (Silva, [19--?])¹³

Um grupo de professores do Liceu Maranhense reuniu-se na sala do Centro Cívico desta instituição e decidiu pela criação da Associação de Professores. Surge, em 21 de dezembro de 1976, a entidade de representação do professorado da rede estadual.

Após o término do mandato da primeira diretoria, em 12 de julho de 1979 ocorreram novas eleições naquele mesmo ano. A chapa “Renovação” era vinculada ao grupo da diretoria da Apema; e a chapa “Abertura” de apoio à primeira diretoria. A vitória coube a grupo da “Abertura”, liderado pela professora Iani Viana de Carvalho Leão.

13 As informações elencadas são extraídas das análises de um texto de memórias de autoria da professora e ex-sindicalista aposentada Isméria Marques da Silva, que também concedeu entrevista a esta pesquisa. O título desta fonte é “Memória e identidade do sindicato dos trabalhadores em educação das redes públicas estadual e municipais do estado do Maranhão (Sinproesemma)”. Constitui uma raríssima sistematização histórica sobre esta entidade.

A segunda gestão da Apema toma como principal meta a criação dos núcleos no interior do estado nas cidades de Rosário, São José de Ribamar, Chapadinha, Codó, Coroatá, Santa Inês, Buriti de Inácia Vaz, Coelho Neto e Colinas. A ausência de organização sindical nos municípios e a grande profusão de professores estaduais em diversas localidades possibilitou à associação estadual torna-se a principal organização de trabalhadores da educação.

O Sinproesemma expandiu sua base estadual para além dos limites da capital e, na década de 1980, reformula seu estatuto para incorporar as demais categorias do magistério à sua base. Este registro é a mais contundente iniciativa para trazer o professorado para uma única entidade.

A ESTRUTURA SINDICAL DOCENTE NO MARANHÃO E SUA FRAGMENTAÇÃO

Na literatura acerca do sindicalismo brasileiros, a unicidade sindical e a fragmentação são categorias sociológicas que emergem quando se trata do tema. A formulação de um entendimento conceitual é bastante útil para uma interpretação da conjuntura sindical maranhense.

A unicidade é entendida como a presença de um único sindicato de uma categoria específica em uma determinada base territorial. Já a fragmentação ou pluralidade é o inverso. Segundo Ariosvaldo Santos (2003),

concorreu favoravelmente para o crescimento, nas fileiras do mundo do trabalho brasileiro, da tese da pluralidade, a utilização intensiva ao longo de décadas, por parte do conjunto da classe burguesa e frações reformistas do movimento sindical, os famosos sindicatos pelegos, dos instrumentos repressivos presentes na legislação sindical e trabalhista legada por Getúlio Vargas, aperfeiçoada pelos militares e mesmo complementada pelos governos civis, como é o caso da instituição do conceito de “greve abusiva”.

A fragmentação sindical é o legado do combate que o Estado promoveu contra a independência política das organizações dos trabalhadores, cujo objetivo foi enfraquecê-las e facilitar com isso uma maior acumulação da burguesia nacional sem os entraves do sindicalismo combativo na relação capital e trabalho.

O golpe de 1964 intensificou ações por meio de legislação que impedia que as greves fossem operacionalizadas pelas entidades sindicais e colocava restrições ao direito de associação dos servidores públicos. O conceito de “greve abusiva” teve como objetivo barrar qualquer manifestação mais contundente dos trabalhadores.

A estrutura do sindicalismo maranhense docente não difere de outras regiões do Brasil. Existem três organizações sindicais da educação básica que representam o professorado nas redes ensino particular, municipal e estadual, como foi apresentado nos tópicos anteriores.

As associações de professores do setor público não encontraram resistência por parte do único sindicato que havia naquela base territorial para que se organizassem como entidade

sindical. Outro elemento foi a debilidade organizativa pela qual passava o Sinterp naquele período. Nos anos 1970, este sindicato havia assumido uma característica sindical de cunho meramente administrativo.

Por outro lado, a direção do sindicato dos professores da rede particular apoiou a constituição da associação estadual dos professores, até mesmo com a participação do presidente de sua entidade na composição do primeiro conselho fiscal da Apema.

Já nos anos 1980, a Apema reformula seu estatuto para que pudesse proceder a filiação de professores do ensino particular, municipal e do ensino superior. Foi a tentativa de absorver em um só sindicato todas as categorias dos magistérios maranhense. Contudo, predominou a fragmentação.

A ação do Apema pode ser explicada pelo fato de o Sinterp possuir no seu quadro de sindicalizados professores da rede estadual contratados pelo regime CLT. Esses profissionais injetaram uma nova correlação de força no Sinterp e impuseram uma derrota ao grupo dirigente que comandava aquela entidade. Este movimento é próximo do que se convencionou denominar de “Novo Sindicalismo”.

A reação da Apema pode ser interpretada na busca da incorporação de todos os professores estaduais ao estatuto do magistério. A regularização desses professores no quadro funcional estatutário resolveria a questão dos professores celetistas que estavam na órbita do Sinterp.

Aglutinar o magistério em uma única entidade foi um objetivo malogrado. Esta iniciativa se confrontava diretamente com os interesses das entidades associativas já consolidadas, como os da Associação de Professores da Universidade Federal do Maranhão (Apruma), e o Sinterp.

A iniciativa do Sinproesemma não poderia frutificar sem um confronto direto entre as entidades da mesma base que buscava representar. Foi uma atitude unilateral que somente interessava a Apema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As associações que foram organizadas em 1912, 1929, 1931, no Maranhão, não se tornaram sindicatos e nunca existiram simultaneamente para produzir entre elas algum tipo de disputa na mesma base de representação.

O mais próximo do que se entende por unicidade sindical pode ser atribuído aos primeiros anos do associativismo maranhense. As entidades foram tributárias umas das outras e isto pode ser evidenciado com a presença de membros das entidades extintas nos quadros sociais das que foram erigidas. Foi o caso da Associação de Professores Normalista, com a presença em sua primeira diretoria da professora Zila Paes da Associação Pedagógica Almir Nina; o caso da presença da professora Rosa Castro que havia pertencido a Associação Pedagógica Almir Nina e compôs o grupo de sócios fundadores do Departamento maranhense da ABE; e da

professora Maria Dourado, que foi da gestão da Associação de Professores Normalistas do Maranhão e compôs o quadro social da Associação de Professores Secundário e Primário de São Luís.

Infere-se que estes casos particulares se repetiram nessas organizações em uma escala maior. A cultura associativa foi passada de geração em geração de professores que se organizaram em entidades para tal fim e contribuíram com sua experiência.

As raízes objetivas da fragmentação sindical no Maranhão podem ser atribuídas ao golpe militar de 1964 e seu consequente impacto sobre as organizações políticas da sociedade como um todo. A promulgação da Lei n. 4.330, de 1º de junho de 1964, pelo então presidente Castelo Branco é um dos aparatos jurídico esboçado para conter as ações dos sindicatos e seus instrumentos de luta. Esta legislação regulou o direito de greve e criou severas dificuldades para que sua implantação pelos trabalhadores. Ademais, exclui do direito de greve os funcionários e servidores da União, estados, territórios, municípios e autarquias.

Os servidores públicos ficaram impedidos de se organizarem em sindicatos. E por muito tempo, somente o magistério do ensino particular tinha organização própria no Maranhão, pois, já havia adquirido sua carta sindical nos anos 1940. Não teve seu registro cassado como ocorreu com o Sindicato dos Professores Secundário, Primário e de Artes em 1937 e assumiu a característica do seu congênere carioca após a intervenção da DRT.

A intenção da Apema de absorver toda a base do sindical do magistério não logrou êxito e nem pode ser compreendida com busca pela unicidade. A dificuldade residia no fato de que já havia um sindicato da rede particular organizado, e diferentes associações de professores. Estas entidades teriam de ser absorvida pela Apema através de um grande acordo político sindical, algo que não foi mencionado pelas fontes disponíveis ou nas entrevistas obtidas de diversos atores sindicais.

Atualmente, as regiões de maior densidade populacional já contam com sindicatos municipais no Maranhão e aponta uma fragmentação geográfica da representação do magistério. Este fato é induzido pela tentativa dos prefeitos e das lideranças políticas municipais de controlarem politicamente o magistério local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DAL ROSSO, Sadi. *Heterogeneidade e fragmentação*. III Seminário da Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação. Rio de Janeiro: Uerj, 2011. *Anais*, CD-ROM. Disponível em: <<http://nupet.iesp.uerj.br/arquivos/DalRosso3.pdf>>. .
- FERREIRA JR., Amarílio. *Sindicalismo e proletarização: a saga dos professores brasileiros*. 1998. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade de São Paulo, São Paulo.
- GADOTTI, Moacir. *Estado e sindicalismo docente*. São Paulo: Edusp, 1997.
- LEMONS, Daniel Cavalcanti de Albuquerque. *Professores em movimento: a emergência do associativismo docente na corte imperial*. 2011. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- RÊSES, Erlando da Silva. *De vocação para profissão: organização sindical docente e identidade social do professor*. 2008. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade de Brasília, Brasília.
- SANTOS, Ariosvaldo. Unicidade sindical: uma questão tática para os trabalhadores. *Pegada*, v. 4, n. 2, São Paulo, 2003, p. 69-85.
- SAVIANI, Demerval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2010.
- SILVA, Isméria Marques da. *Memória e identidade do sindicato dos trabalhadores em educação básica das redes públicas estadual e municipais do Estado do Maranhão (Sinproesemma)*. São Luís, [s.n.], [10--?].
- TRABALHOS DO CONGRESSO PEDAGÓGICO. São Luís: Imprensa Oficial, 1920.

FONTES DOCUMENTAIS E ORAIS:

- ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES NORMALISTAS DO MARANHÃO. *Estatutos*. São Luís: *Diário oficial de São Luiz*, 20 maio 1931, p. 8.
- ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES SECUNDÁRIO E PRIMÁRIO DE SÃO LUÍS. Ata da reunião ordinária da diretoria de 27 outubro 1945.
- BATISTA, Lindalva. (2012). Entrevista concedida por sindicalista pertencente ao Sindedeucação à pesquisa “Sindicalismo docente da educação básica: da associação ao sindicato” em 27 de janeiro de 2012 [áudio].
- O IMPARCIAL*. “Departamento Maranhense da Associação Brasileira de Educação”, São Luís, 16 abr. 1929.



